

QUE TEIA É ESSA? REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS ADOLESCENTES SOCIOEDUCANDOS E EGRESSOS SOBRE FAMÍLIA.

Rita de Cássia Sidney Marques
Mônica Araújo Gomes
Maria Lúcia Duarte Pereira
Sheva Maia da Nóbrega

RESUMO

Ante o acentuado crescimento do número de adolescentes autores de atos infracionais, a frequência e a gravidade dos atos cometidos, demonstrados pela superlotação de todos os Centros Educacionais, onde eles cumprem medidas socioeducativas, e diante da importância da família na formação do indivíduo, este estudo objetiva identificar as representações sociais que os adolescentes socioeducandos e egressos elaboram sobre família, bem como analisar as influências das representações sociais dos dois grupos na comunicação como guia de comportamento. Trata-se de um estudo de campo, exploratório, fundamentado pela Teoria das Representações Sociais. A pesquisa foi desenvolvida no Centro Educacional São Miguel e no Pólo Central, unidades vinculadas à Secretaria da Ação Social do Estado, localizada em Fortaleza-Ceará. Os instrumentos de coleta de dados foram: entrevistas semi-estruturadas; Teste de Associação Livre de Palavras; observação das expressões não verbais. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo temática, tendo como base os pressupostos de Bardin, e a avaliação estatística, de acordo com o programa *Tri-Deux-Mots*. Os resultados evidenciam a importância atribuída pelos adolescentes à família, os sentimentos valorativos e a aglutinação entre família vivida e sonhada. Essas representações sobre família emanadas dos sujeitos sugerem o desenvolvimento de ações que contemplem a família e comunidade, e não apenas o adolescente desvinculado de suas raízes, considerando a rede interconexa de suas relações.

Palavras-Chave: Família. Adolescente. Representações Sociais.

1. OS FIOS DA TEIA

Em julho de 1990, o Brasil está diante de uma nova lei federal, que regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). É a consagração de um direito que, além de explicitar os direitos gerais e específicos de crianças e

adolescentes, propõe uma nova gestão, por meio de um Sistema de Garantia de Direitos, considerado, portanto, a Doutrina da Proteção Integral, apoiado em três eixos: Promoção, Defesa e Controle Social.

Conforme consta no artigo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente:

A criança e adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (Brasil, Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990)

Com o advento do ECA, foi necessário o processo de reordenamento institucional para garantia de direitos creditados ao segmento em discussão, devendo ser obedecidas as medidas circunscritas em seus artigos, quais sejam:

- As Medidas de Proteção: aplicáveis às crianças e adolescentes sempre que seus direitos, reconhecidos na lei, forem ameaçados ou violados;
- As Medidas Socioeducativas: de cunho educativo e punitivo, aplicáveis por ordem judicial a adolescentes (12 a 18 anos) que praticarem ato infracional;

A situação do adolescente que comete ato infracional no Estado do Ceará está piorando, pois o número de adolescentes envolvidos nesta prática vem aumentando e a gravidade do ato infracional também está em progressão.

Como mostra matéria publicada no jornal O Povo, redigida pela jornalista Dias (2003), uma declaração de Bezerra, juiz titular da 5ª Vara da infância e Juventude, afirma: "Foram registrados 1.326 processos contra adolescentes infratores durante o ano passado. Somente nos seis primeiros meses deste ano, o número supera a soma do ano de 2002, totalizando 1.352 processos".

Na opinião do referido juiz, é alarmante o índice de reincidência. De janeiro a julho de 2003 chegou a 48,62%, segundo informação da Unidade de Recepção, onde os adolescentes dão entrada. O perfil desse adolescente aponta algumas características, como: 74% dos que cometeram infrações estão na faixa etária de 14 a 17 anos, a concentração de adolescentes tem sido na capital (87%) e a grande maioria são do sexo masculino, aproximadamente 92%.

Diante das constatações, urge a necessidade de propostas tendo como paradigma a vinculação do adolescente à sua comunidade e família. Neste sentido, cabe uma releitura do sistema familiar para compreensão do fenômeno.

2. A FAMÍLIA COMO TEIA

Estabelecer vínculos é inerente à pessoa humana. Na história da humanidade, os homens ao buscarem vinculação formaram tribos, grupos e famílias. O sentimento de pertença também é essencial à condição humana e tem como locus primário de estabelecimento a própria família, a qual está inserida em um contexto socioeconômico e cultural, composta por pessoas que convivem com objetivos comuns, uma ligação afetiva e cuidados uns com os outros.

Para Szymanski (2000, p.27), “o mundo familiar mostra-se numa vibrante variedade de formas de organização, com crenças, valores e práticas desenvolvidas na busca de soluções para as vicissitudes que a vida vai trazendo”.

A família contemporânea, pós-moderna, que ora se apresenta advinda do século XX, traz em seu âmago duas vertentes: a família pensada e a família vivida. A família pensada vive apenas no desejo e nos sonhos, com o sentimento de final feliz, influenciada pelo discurso das instituições e da mídia e até mesmo de profissionais que a consideram um modelo certo de se viver.

A família vivida é de fato a que sobrevive, com seus dilemas, dificuldades e formas diferentes de relacionamento. Conforme o “discurso oficial” que subscreve a família pensada, “desestruturadas” e “incompletas” são aquelas que fogem a essa concepção, definidas com os adjetivos pejorativos de inferioridade e incapacidade. Nessa família, real e vivida, circundam os adolescentes que trilham seus caminhos conforme as vicissitudes a eles impostas.

Cada família se organiza de acordo com os sentimentos vivenciados, emoções, comunicação e todo o universo de significados manifestos. Neste

universo onde os adolescentes sobrevivem e interagem, surge a inquietação de como eles próprios se inscrevem nesse contexto, de que forma em seu cotidiano eles conseguem visualizar as relações impregnadas em suas histórias de vida.

Por mais difícil que seja sua formação, a família continua sendo na sociedade o primeiro espaço de referência a expressar proteção e socialização dos indivíduos. Constitui-se um canal de iniciação e aprendizado do afeto e das relações socializantes, laboratório do convívio democrático entre os homens.

A família contemporânea do Brasil do final do século XX e início do século XXI apresenta uma diversificada forma de organização em seu interior, no referente tanto à sociabilidade quanto à sua composição. Dois aspectos são relevantes e merecem um aprofundamento ao se adentrar nessa teia das relações familiares: os papéis e a autoridade.

Nos últimos anos observou-se por meio de pesquisas o crescente aumento de famílias matrifocais, formadas pela mãe e seus filhos, gestados de uma relação com um ou mais companheiros itinerantes. Conforme Bilac (1991), esta família passou de 9,5% em 1970, para 14,04% em 1987. Dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2003) reforçam este aspecto ao apresentar o número de famílias tendo como chefe as mulheres. Como consequência, a unidade doméstica redefine papéis, e altera os vínculos com os filhos, mães e companheiros.

Estudos já foram desenvolvidos sobre a importância da figura paterna na formação da personalidade do indivíduo, não necessariamente a convivência do dia-a-dia, mas a presença dessa figura na intimidade de cada um, participativa, mesmo depois das separações, real, mesmo quando o contato físico diário não é mais possível.

Ademais, nas famílias de baixa renda outro agravante contribui para a perda da autoridade dos pais e inversão de papéis, isto é, crianças desde a mais tenra idade lutam pela subsistência do núcleo familiar, e, ao adquirirem o poder econômico dentro do lar, passam à condição de mando, pois são de fato os provedores e, como tal, assumem a papel do “chefe”, que intimida e cria suas próprias regras.

Os estudos contemporâneos apontam outras relações determinantes para o comportamento antissocial na adolescência, como: a ausência de cuidados maternos, privações na primeira infância, representadas não apenas pelas carências biológica, social e jurídica, mas também pelas carências afetivas.

Pensar no adolescente envolvido em ato infracional apenas como uma consequência da situação socioeconômica é demasiadamente simplista e não explicaria como adolescentes bem nascidos, de classe média e alta estão cada vez mais circulando por este mundo. E como tantos adolescentes pobres e até miseráveis conseguem ultrapassar essa barreira tênue da marginalidade e construir um projeto de vida consistente e contrário a profecias “do não dá para nada”.

Alguns questionamentos se tornaram iminentes: Que caminhos percorrer para manter a vinculação do adolescente socioeducando e sua família, diante das relações tão fragmentadas, as inversões de papéis e a ausência de limites?

No intuito de estudar a significação e importância da família para o adolescente socioeducando e o egresso, por meio das representações sociais, levando em consideração o senso comum e todo o estigma que envolve este adolescente, segundo o qual é um “delinquente”, incapaz de formar laços e gestado em “famílias desestruturadas”, tem-se como finalidade maior compreender a concepção destes sobre família, conhecer seus pensamentos, sentimentos, percepções e experiências de vida, verificadas nas diferentes formas de comunicação, em face do seu contexto histórico, socioeconômico, cultural e espiritual.

Ao se estudar a representação social que o adolescente tem sobre a família, será possível sinalizar as alternativas para a melhoria no seu atendimento, e contribuir para a construção de seu projeto de vida, fundado na relação saudável em suas famílias de origem e nas famílias constituídas, capaz de interromper o processo cíclico de infração/cumprimento de medida/reincidência.

Pensar em estudar as representações sociais que os adolescentes elaboram da família é despertar um novo olhar sobre a questão, voltado para a construção do conhecimento prático experienciado por determinado grupo de pertença. Como afirma Doise:

Representações Sociais são princípios geradores de tomadas de posição ligadas a inserção específica em um conjunto de relações sociais e que organizam os processos simbólicos que intervêm nessas relações. (DOISE, 1990, p.125)

O referencial adotado será capaz de dar conta da problematização, considerando que objetiva compreender a significação da família para o adolescente socioeducando e o egresso, vinculando-a à sua realidade, tentando conhecer seus pensamentos, percepções e experiências vivenciadas e compartilhadas por crenças, atitudes, valores e informações, por meio das formas de comunicação.

A partir desses princípios, pesquisar as RS dos adolescentes socioeducandos sobre família remete a uma leitura da questão não apenas com bases científicas e teóricas, mas norteadas pelo conhecimento do cotidiano (senso comum) elaborado e compartilhado pelos grupos de pertença, na tentativa de abstrair as representações suscitadas e as relações que estabelecem entre si.

3. MATERIAL E MÉTODO

A pesquisa constitui um estudo de campo exploratório, tendo como referencial a Teoria das Representações Sociais. Seu objetivo é a apreensão das representações sociais sobre família, por adolescentes autores de ato infracional, tanto o socioeducando como o egresso.

Campo do estudo: este estudo foi realizado em duas unidades vinculadas à Coordenadoria da Proteção Social e Medidas Socioeducativas da Secretaria da Ação Social: o Centro Educacional São Miguel, unidade de internação, e Pólo Central, local onde os adolescentes egressos das medidas socioeducativas são atendidos pelo Projeto Mãos Dadas, que propicia a participação desses adolescentes em cursos profissionalizantes, com vistas a inseri-los no mercado formal e informal de trabalho.

Amostra: Participaram da pesquisa 100 sujeitos divididos em dois grupos: adolescentes socioeducandos, denominados de grupo 1, e adolescentes egressos, denominados de grupo 2. Para o Teste de Associação Livre de

Palavras a amostra contemplou 100 sujeitos e para as entrevistas semi-estruturadas a amostra foi composta por 28 sujeitos, definidos por saturação, sendo contemplado em ambos os instrumentos 50% de cada grupo.

Instrumentos para a coleta de dados: foi aplicado o teste de Associação Livre tendo como estímulo a solicitação: diga quatro palavras que lhe lembre a palavra “família” e em seguida procedeu-se a entrevista tendo como pergunta de partida: “o que é família para você?” A pesquisa foi realizada no período de fevereiro a abril de 2004.

Análise e tratamento dos dados: para a análise dos dados obtidos no Teste de Associação Livre de Palavras, utilizou-se a análise fatorial de correspondência (AFC) com base no programa *Tri-Deux-Mots* (versão 2.2), (Cibois, 1998). Para compreensão e inferência de novos conhecimentos a partir do relato dos sujeitos durante as entrevistas foi utilizada a técnica de análise de conteúdo temática (Bardin, 2004).

4. TECENDO A TEIA

Ao se mergulhar na leitura sobre família tendo como referencial a Teoria das Representações Sociais, unem-se, conhecimento do senso comum e o saber científico, propiciando a construção social de um conhecimento compartilhado. As representações sociais constituem o mundo tal como ele é, garantem ao sujeito um lugar nesse mundo. Moscovici (2003) define essa concepção quando fala de representações sociais, estabelecendo uma ordem que permite aos sujeitos orientar-se no seu mundo material e social, e comandá-lo, assim como também Jodelet (2001) afirma: “As representações sociais enquanto sistemas de interpretações que regem nossa relação com o mundo e com os outros – orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais”

Neste sentido, a Teoria das Representações Sociais compõe um instrumento no diagnóstico psicossocial nas diferentes áreas de conhecimento, particularmente neste estudo, pois foi possível a expressão do pensamento do

adolescente sobre família, por meio de uma rede de significados expostos na fala, nas emoções, nos sentimentos e representações.

Os adolescentes de ambos os grupos exteriorizaram valores e concepções internalizados em suas vivências cotidianas e na aprendizagem com seus diferentes grupos sociais, família, amigos e no Centro Educacional no qual passam ou passaram parte de sua adolescência.

Válido se faz ressaltar a desmistificação de que o adolescente autor de ato infracional não tem família, são pessoas sem raízes e/ou provenientes de famílias “desestruturadas”. Na verdade, o que se considera como desestrutura é uma forma diferenciada de se organizar, em face do constante processo de mudanças no padrão familiar.

Cada família interage com seus membros de acordo com seus valores, nível de comunicação e experiências compartilhadas. Assim, ao se reportar à família, é imprescindível observar na fala e expressão dos sujeitos toda influência por eles recebidas da família, e esta da sociedade, das relações socioeconômicas e políticas, no contexto do Estado.

O adolescente vive em um mundo estruturado pelas representações sociais da comunidade, o que lhe faculta a tomada de posição do conjunto sistêmico de relações e práticas sociais. Este adolescente sujeito da investigação passa por um processo cada vez mais complexo, pois com a situação do ato infracional, sua conduta transgressora manifesta surge também como um substrato para lidar com os conflitos internos.

Neste estudo, os adolescentes participantes permearam sua linguagem, de forma velada, por expressões denotativas de sua condição de autor de ato infracional. Por meio das representações sociais foi possível codificar essas relações que circundam entre os sujeitos, embora a temática do estudo estivesse direcionada à família.

A análise das entrevistas apresentou cinco categorias: dimensões sobre família; contextualização da família; percepção do adolescente autor de ato infracional; construção da sua família; sentimentos.

Na categoria 1 – Dimensões sobre Família – os sujeitos puderam manifestar por meio das unidades de análise temática a concepção sobre família, apresentando duas vertentes de pensamento, dimensionadas nas

subcategorias: pensada e vivida. Na subcategoria pensada, observou-se que os sujeitos transpuseram a barreira do concreto, das vivências cotidianas e expressaram toda subjetividade do modelo idealizado, internalizado mediante “discurso oficial” sobre família. Na subcategoria vivida emergiu uma concepção construída em suas histórias de vidas, transmitindo um caráter de caminho não desejado, mas imposto pelas circunstâncias.

Nos aspectos apreendidos por meio das entrevistas relacionadas a esta categoria, sobressai o contraponto entre o que o sujeito coloca sobre sua realidade de vida e o sentimento expresso sobre como ele gostaria que fosse sua família. Ao mesmo tempo em que evidencia situações conflitantes ocorridas no seu cotidiano, exprime a concepção de família como o espaço de apoio, amor e compreensão.

Segundo percebeu-se, os adolescentes de ambos os grupos fazem referências à sua família vivida com os problemas que lhe são inerentes, expondo as situações mais sofridas em seu dia-a-dia, onde as relações estão desgastadas, mas não deixam de traduzir “família” de modo mais abrangente, com significado valorativo.

Esta talvez seja a grande contradição, o vivenciado por ele difere do conceito que tem de família. Mesmo a realidade sendo a negação de seus paradigmas, o adolescente continua a crer no modelo sonhado.

Na categoria 2 – Contextualização da Família – os sujeitos contextualizam a família, agrupando-a em duas subcategorias: socioeconômica e cultural histórica. Na subcategoria sócio econômica os sujeitos evidenciaram a importância dos fatores sócio econômicos na formação e estrutura da família. Na subcategoria cultural histórica, eles contextualizaram aspectos culturais históricos que contribuem para esta mesma formação e para o desenvolvimento familiar.

Segundo Guareschi & Jovchelovitch (2002), ao analisar fenômenos psicossociais – e representações sociais – é necessário analisar o social como totalidade. Assim esta categoria emerge para dar essa conotação social à subjetividade individual, considerando que a família institui-se em um contexto sócio cultural e econômico, estabelecendo uma relação de trocas com esse meio.

Nessa categoria, as representações sociais são remetidas às condições sociais que as engendram, ou seja, o contexto de produção. Tal contexto interessa à devida compreensão das construções que dele emanam e nesse processo o transformam. Desse modo, ao se deter na contextualização da família e suas influências, percebe-se a circularidade dos conteúdos na sociedade e as forças emanadas da interação social. A sociedade espera que as famílias possam promover a melhoria da qualidade de vida de seus membros e a efetiva inclusão social deles. Contudo o contexto no qual essas famílias sobrevivem pode ser fortalecedor ou esfacelador de suas potencialidades.

Mas as famílias empobrecidas, além de viverem todas as dificuldades presentes no sistema de interações, ainda travam uma luta diária pela sobrevivência, o que ocupa o primeiro plano nas preocupações. As múltiplas carências de saúde, educação, lazer, cultura fragmentam mais ainda suas relações. São famílias desprovidas do mínimo para uma sobrevivência digna e não contam sequer com uma rede de apoio capaz de orientá-las no enfrentamento das vicissitudes. Nesse mundo onde a maioria dos adolescentes entrevistados sobrevive constatou-se o registro das influências do contexto socioeconômico e cultural em suas famílias.

Na categoria 3 – Percepção do Adolescente Autor de Ato Infracional – os sujeitos evidenciam a percepção da família e deles próprios como adolescente infrator, o modo como são tratados e o que mudou após o comprometimento decorrente do ato infracional. Mencionada categoria engloba duas subcategorias: a auto-percepção do adolescente na família e a heteropercepção, ou seja, como o adolescente supõe que a família o vê.

Na subcategoria auto-percepção emerge um misto de sentimentos, como a culpa por causarem transtornos à família, e a vergonha por essa situação. Há, ainda uma contradição entre a concepção que os sujeitos creditam à família e o que eles próprios atribuem a si. Diante da família, sentem-se envergonhados, não se perdoam pelo fato de terem causado desgosto, mas referem que a família os perdoou, nada mudou, mesmo com o comprometimento com o ato infracional. Pelas expressões mencionadas, há, mais uma vez, a demonstração do envolvimento familiar. Aqui, os sujeitos fazem uma reflexão sobre o ato cometido e acentuam a dor que causaram a seus familiares.

Em relação a subcategoria hetero-percepção temos o adolescente autor de ato infracional envolto em preconceitos e carregando o estigma imputado pela sociedade de ser inferior, “menor”. As pessoas não conseguem desvencilhar o ato infracional de sua personalidade, e constroem no senso comum a figura do delinquente irrecuperável, alguém incapaz de conviver socialmente e desprovido de sentimentos. Na verdade, ser autor de ato infracional é uma circunstância de vida e não uma categoria valorativa, segundo afirma Volpi (2001). Mas esta condição de infrator é superdimensionada, como indica o próprio termo, carregado de estigma. No entanto, nesse estigma presente na sociedade não se solidifica na família do adolescente investigado, pois, conforme supõem, mesmo na simplicidade de sua vida, sem formação profissional, suas famílias guiam-se pelos sentimentos e valorizam o adolescente, que está vivendo uma circunstância difícil, mas passageira, e são apenas adolescentes.

A categoria 4 – Construção da Família – refere-se a percepção do sujeito sobre a construção de sua família. Agrupa as seguintes subcategorias: modelo reproduzido e modelo sonhado. Os sujeitos verbalizam atitudes demonstrativas em sua família, constituídas da repetição do modelo vivenciado na infância, ao mesmo tempo em que expressam o sonho de reinventarem este modelo, de forma ideal.

A família, como primeiro espaço de socialização, constitui-se como laboratório para a aprendizagem dos indivíduos. Nela aprende-se os primeiros passos, as primeiras palavras e, ainda, a relacionar-se com o outro. São as heranças de outros vividos que vão se fazendo presentes e impregnam todo o comportamento do ser. As mensagens repassadas explícita ou implicitamente no discurso ou comportamento dos membros da família e a interação que ocorre como resposta a essas mensagens ganham um significado.

Ademais, os mitos, valores e crenças originários na família juntam-se aos partilhados na sociedade e dão lugar ao modelo que será incorporado no cotidiano da nova família a ser constituída. Muitas vezes, o modelo reproduzido não é aquele idealizado, mas se impõe como uma marca indelével, apreendida no convívio da família de origem. A reprodução do modelo vivido se cristaliza, e apesar de ter sido ele, por vezes, questionado e rejeitado, considerado como

“errado”, consegue embotar o sonho de se diferenciar. E, mais grave ainda, ao se reproduzir o modelo, não se tem consciência de que o negado está agora sendo reproduzido.

Na investigação, segundo se observou, os sujeitos, embora evoquem um maior número de falas no modelo sonhado, quando passam para o concreto, o dia-a-dia de sua vivência na família constituída, reproduzem o modelo de família subscrita em sua família de origem.

Os padrões se repetem: a filha criada pela avó deixa seu filho com a mãe; o adolescente que desconhece o pai abandona a companheira grávida. O tipo de vínculo estabelecido nas famílias de origem tem influência dominante na família constituída; esse convívio valida a aprendizagem, preparando cada pessoa para ser como é, viver como vive e vincular como vincula.

Conforme Anton (2002, p. 24): “Nós nos repetimos a nós mesmos, pois temos um modo de ser e de agir que nos são típicos, e a própria vida, de um modo geral, organiza-se ao redor e através de eventos que se repetem.”

Esta afirmação corrobora Moscovici (2003), quando possibilita entender as ações humanas não somente como resultado de experiências acumuladas e de sistemas de disposições incorporados, mas também como produto da ação do indivíduo sobre si mesmo e sobre o mundo exterior. Tais comportamentos apreendidos são repetitivos também em virtude da própria vontade interior de cada um, que por vezes não encontra força para se diferenciar. São as motivações inconscientes, que não permitem o rompimento de círculos.

O modelo sonhado pelos sujeitos na construção de sua família gravita na esfera do ideal. Expressa a negação de experiências de vida dolorosas às quais foram submetidos e que não gostariam que seus filhos passassem.

Constitui-se como a desconstrução do modelo marcado por perdas. Por isto, eles travam uma luta interior entre o apreendido e a necessidade de se diferenciar. Um esforço para “não errar”, e assim oferecer o que consideram ser o melhor para sua família constituída. O modelo sonhado remonta à família pensada, trazendo as mesmas expectativas, fundadas na busca do amor eterno, na união definitiva.

Essa amostra pesquisada é, portanto, um extrato da sociedade que recebe influências externas e internas e tenta construir projetos de vida tão

saudáveis quanto o de outros representantes da sociedade. No percurso de incidentes e envolvimento, esses projetos vão se desfazendo e outros caminhos vão sendo trilhados.

A categoria 5 – Sentimentos – compreende as unidades de análise temática em que os sujeitos sinalizam os sentimentos vivenciados em relação à família, os quais foram agrupados nas seguintes subcategorias: saudade, amor e mágoa.

Essa categoria remete à importância dos sentimentos do senso comum no processo de objetivação, pois os sentimentos internalizados pelos sujeitos ao longo de suas experiências sofrem influências do contexto social e se materializam como conceito, na medida em que sintetizam o pensamento do grupo, conforme Moscovici (2003, p.41): “Pessoas e grupos criam representações no decurso da comunicação e de cooperação. Representações, obviamente, não são criadas por um indivíduo isoladamente. Uma vez criadas, contudo, elas adquirem uma vida própria.”

Quanto ao Teste de Associação Livre de Palavras, tendo como estímulo a palavra “família”, as palavras mais evocadas foram: amor, união, paz, felicidade e apoio.

As evocações dos dois grupos de sujeitos foram semelhantes. A única palavra evocada apenas pelo grupo de egressos, que se diferenciou, foi desunião, o que nos leva a conotação de que o adolescente egresso, por integrar o cotidiano familiar, tem uma concepção mais realista, pois está vivendo com as contradições inerentes ao convívio. Enquanto os adolescentes socioeducandos, geograficamente distantes das famílias, são procurados por estas por ocasião das visitas, momento em que só recebem estímulos positivos. As famílias lhes dão conselhos, presentes e carinho, exercitam o cuidar, algo nem sempre praticado quando estão juntos, mas tão importante para esse segmento populacional que se encontra em uma condição peculiar de desenvolvimento.

O processo das relações intrafamiliares tem como ponto de partida a troca da informação, identificada por meio da comunicação verbal e não verbal. A desunião expressa pelo grupo de egressos materializa-se no cotidiano como a falta de comunicação ou comunicações distorcidas entre os membros da família.

Esta ambiguidade familiar, espaço de coexistência de opostos, termina por gerar conflitos, nem sempre fáceis de serem resolvidos. Conforme Minuchin:

As desavenças familiares são parte da vida, elas podem ser amargas e duras em qualquer família, mantidas pela questão não resolvida de quem está “certo”, por sentimentos feridos e pela frustração de esforços que parecem não dar em lugar algum. (MINUCHIN, 1999, p.59)

Os padrões repetitivos das relações podem levar as pessoas a se magoarem mutuamente. Então a raiva, consequência das desavenças, pode ser internalizada, manifesta. Outras vezes, a raiva pode impulsionar os adolescentes para as drogas, a violência e ruptura dos laços afetivos. Famílias incapazes de tolerar as diferenças e desenvolver alternativas para dirimirem seus conflitos tendem a viver a eterna desunião.

Contraditoriamente à desunião, o amor e união foram as evocações mais suscitadas pelos dois grupos, a sugerir na análise a consolidação do que foi explorado na primeira categoria referente à dimensão de família, onde a família vivida se alterna à família pensada.

No universo simbólico dos sujeitos transita a sensação de conexão entre os membros da família, uma ligação, um vínculo, observados pelas evocações de palavras como: apoio, compreensão, convivência, conselho, companheirismo, paz e felicidade, que reafirmam o interesse em proteger, defender e apoiar uns aos outros. Subscrevem-se aqui os laços emocionais e histórias compartilhadas.

Conforme sinalizam os resultados da pesquisa, a construção das representações sociais sobre família, elaboradas pelos adolescentes socioeducandos e pelos egressos participantes da investigação, não apresentam diferenças significativas, embora em algumas evocações o grupo de adolescentes egressos tenha se expressado de forma mais realista, em virtude de, no momento da aplicação dos instrumentos de análise, já estarem convivendo com suas famílias, portanto, experienciando as dificuldades decorrentes do cotidiano familiar.

5. A TEIA

A posituação de valores atribuídos à família desmistifica a lógica presente na sociedade, segundo a qual os adolescentes investigados são seres sem sentimentos. O senso comum tende a classificá-los como pessoas sem vinculações ou oriundas de famílias “desestruturadas”, e que são, em última análise, as responsáveis por seu comportamento. Objetivamente todas as famílias vivenciam experiências positivas e negativas, independente de classe social, raça ou cultura. Não é privilégio das famílias de adolescentes autores de atos infracionais conviver com os mais variados tipos de percalços, mas especificamente nesses casos os elementos socialmente apreendidos foram mobilizados para envolvimento no mundo das contravenções, até como resposta à sociedade.

As elaborações dos sujeitos transitaram entre o vivido e o pensado na família, em uma dinâmica dialética, e ao mesmo tempo em que identificaram no vivido os conflitos e dificuldades, expressaram a família ideal, sem mácula, no pensado. Não deixaram, contudo, de mencionar o apoio e compreensão a eles devotados pelos familiares.

Capra (1996) no seu livro intitulado *A teia da vida* transcende a visão holística e remete à visão ecológica ou sistêmica, que concebe o mundo todo integrado e afirma a interdependência fundamental de todos os fenômenos. Este referencial fundamenta a visão de família, entendida como um sistema vivo, dinâmico, cujas interações vão construindo uma intrincada teia. Assim, não há este limite claro, que tentamos impor socialmente, entre os bons e os ruins, famílias certas e erradas, numa posição puramente cartesiana. Os conflitos são parte das interações, e a dança em busca do equilíbrio nos fios que vão se tecendo é que nos capacita na arte de tal convivência.

A subjetividade presente em cada expressão elaborada pelo sujeito, o universo de signos emergidos no decorrer da pesquisa, da análise à inferência sobre os resultados, faculta o registro da esperança, a possibilidade de ressignificar histórias de vida marcadas pela violência, redefinindo sonhos e projetos interrompidos. Essa esperança se materializa na forma de investimentos em ações que envolvam o sistema familiar e a comunidade. Minuchin (1999) ressalta a importância de destacar as potencialidades da

família, redefinindo os pontos negativos, para que as ações se concretizem nas soluções e na capacitação dos membros, respeitando suas opiniões e apoiando seus esforços. Neste sentido, é preciso repensar as intervenções até hoje realizadas nas instituições que trabalham com este segmento populacional, redefinindo estratégias.

O trabalhar com as famílias não tem mais espaço para ações de cunho normativo ou “policialesco”, presentes em outros séculos. Necessário se faz a revisão em toda bibliografia atual para subsidiar um processo de atuação, onde a prática esteja amparada em pesquisas, em teorias e na própria constatação das lacunas ora existentes.

Balizados na abordagem sistêmica e no senso comum que emergiu das elaborações dos sujeitos, fica, portanto, a recomendação de que a família deve ser trabalhada e não apenas o adolescente, isoladamente, sem suas conexões, validando programas que não sejam meramente paliativos e assistencialistas. A formulação de políticas públicas que invistam na família, por meio da educação social, uma educação além da educação formal e do paradigma do assistencialismo, numa política de inserção e combate à exclusão social, capacitando a pessoa humana para a construção de sua autonomia.

Os programas deveriam investir no resgate das competências familiares, no apoio jurídico, em espaços de escuta, aconselhamento, cultura, lazer e serviços de apoio psicossocial. Assim sendo, certamente se conviveria com estatísticas bem menos assustadoras sobre violência e comprometimento do adolescente nas infrações.

Mas o tema não se esgota nessa pesquisa. Sabe-se das limitações do estudo. Espera-se, portanto, que os resultados e sugestões possam contribuir para a melhoria no atendimento aos adolescentes autores de ato infracionais e às suas famílias, sendo um instrumento de consulta para os técnicos dessa área. Muitas contribuições sobre o tema deverão ser suscitadas a partir da investigação, considerando que a interseção da temática família e adolescente autor de ato infracional não tem sido alvo de investigações.

A contribuição presente é apenas um fio. Outros há de se tecerem nesta teia infinitamente inesgotável do saber.

6. CONCLUSÃO

Ao analisarmos as representações sociais sobre família, evocadas e elaboradas pelos adolescentes socioeducandos e egressos, concluímos que as políticas públicas devem privilegiar a atenção ao indivíduo como ser integral, inserido em um sistema e em um subsistema que interagem, revisitando a família, onde se fiam as primeiras teias da formação humana e respeitando as suas diversificadas formas de organização.

Concluímos ainda que os adolescentes socioeducandos e egressos valorizam, idealizam e têm a família como tatuagem enraizada, entre o simbólico e o real, sinalizando aos executores das políticas públicas que esta pode ser a conexão com o adolescente, no seu resignificar histórias de vidas, construir e reconstruir projetos, permitindo um novo caminhar, com expectativas de rompimento do ciclo violência / infração.

7. ABSTRACT

TÍTULO: Which web is this? Social representations of social-educational in egressed about family.

Considering the accentuated increase in the number of adolescent transgressors, the frequency and the gravity of the committed crimes, demonstrated through the overpopulation of the Educational Centers where the adolescents follow social-educational measurements, and having as the purpose the importance of the family in the formation of the individual. This study focuses on the identification of the social representations that the social-educating adolescents and the egressed ones elaborate about the family as well as the analyses the influence of the social of two groups in the communication as a guide of behavior. It is about a field study, exploratory, established by the theory of the Social Representations. The research was developed in the São Miguel Educacional Center and at Polo Central whose units are linked to the Social

Action State Secretary located in Fortaleza, Ceará. The tools for collecting data were semi-structured interviews, free-association word test and observation of the non-verbal expressions. The data underwent the analyses of a thematic content having as a base the purposes of Bardin and the statistical evaluation based on the *Tri-Deux-Mots* program. The results showed clearly the importance the adolescents attributed to the family, the valued feelings and the agglutination between real family and dreamed family. These representations about the family that immerge from the subjects suggest the development of actions that contemplate the family and the community, not only the adolescent, unattached to their roots, considering the interconnected web of their relations.

Key-words: Family. Adolescent. Social Representations.

REFERÊNCIAS

ANTON, I C **Homem e mulher: seus vínculos secretos**. Porto Alegre: Ed. Artemed, 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

Bilac E. D. Convergências e divergências nas estruturas familiares no Brasil. In: **Ciências sociais hoje**. São Paulo: Ed. Vértice, 1991.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei Federal n. 8.069/90*. Brasília, DF. Ministério da Justiça, 1990

CAPRA, F. **A teia da vida: a nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Trad.: Newton Roberval Eichenberg. 8. ed. São Paulo: Ed. Cultrix, 1996.

CIBOIS, P. **Programa Tri-Deux-Mots**. (Versão 2.2). Paris: Ed. UFR/Sciences Sociales, 1998.

DIAS, D. O retorno à delinquência. **O Povo**, Fortaleza, 28 agosto 2003. Caderno 1, Fortaleza, p. 4. 2003.

DOISE, W. Lês représentations sociales. In: R Ghiglione; C Bonnet; R Richard; (Orgs.). **Traité de psychologie cognitive**. Dunod, Paris. Vol II, 111-174. 1990.

GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.) **Textos em representações sociais**. 7. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD: síntese de indicadores 2002**. Rio de Janeiro: 2003

JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ 2001

MINUCHIN, P.; COLAPINTO J.; MINUCHIN, S. **Trabalhando com famílias pobres**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas Sul, 1999

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Trad.: Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003.

SZYMANSKI, H. Autoridade e papéis na família. In: MCB Carvalho (Org.). **A família contemporânea em debate**. 3. ed. Ed. Cortez, São Paulo: p. 23-27. 2000

VOLPI, M. **Sem liberdade, sem direitos**. São Paulo: Ed. Cortez, 2001